



Anais da Assembléia

Nº 46

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 12 DE MAIO DE 1981.

ANO VI

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 42ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 12 DE MAIO DE 1981

TERÇA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Senhores Deputados Tércio Albuquerque e Nilso Sguarezi.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Cotrin, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Del Ciel, Deni Schwartz, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

- O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.
O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.
O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

INDICAÇÃO:

INDICAÇÃO

Sr. Presidente.

Na qualidade de Líder da Bancada do PARTIDO POPULAR nesta Casa, venho fazer a indicação do Sr. Deputado JOÃO ELÍSIO para integrar a Comissão Parlamentar de Inquérito do Consumidor.

Sala das Sessões, em 12 de maio de 1981.

(a) DÁCIO LEONEL.

INDICAÇÃO

Na qualidade de Líder da Bancada do PARTIDO POPULAR nesta Casa, venho fazer a indicação do Deputado EDILSON ALENCAR para integrar a Comissão Parlamentar de Inquérito que trata do "achatamento salarial".

Sala das Sessões, em 12 de maio de 1981.

(a) DÁCIO LEONEL.

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas

atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, a consignação na ata dos trabalhos da sessão de hoje, de um VOTO DE PROFUNDO PESAR pelo falecimento do jovem LUIZ FERNANDO SANDINI.

Filho do Dr. Nelson Sandini, Presidente do PDS de Marmeleiro, o Dr. Nelson Sandini a mais de uma década vem exercendo a medicina naquela região, sendo um dos pioneiros, onde presta até hoje relevantes serviços à comunidade daquela localidade e região.

O passamento de seu filho, deixa uma lacuna impreenchível, não apenas à sua família, mas para toda a comunidade marmeleirense que, em face do lamentável acidente automobilístico, ocorrido dia 11 último, perdeu um jovem que muito era esperado dele por sua família, e será sempre lembrado com muito carinho que mereceu.

Sala das Sessões, em 12 de maio de 1981.

(a) Túlio Zanchet.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação em ata dos trabalhos de hoje, de um voto de profundo pesar pelo passamento, em nossa Capital, do Dr. Paul Garfunkel.

Requer, outrossim, após decisão do Plenário, dê-se ciência à família enlutada, à Avenida Visconde de Guarapuava, 4348, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 12 de maio de 1981.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ofício ao Ilustríssimo Senhor DR. OSVALDO ROBERTO COLIN, mui digno Presidente do Banco do Brasil S.A., reiterando pedido feito em 27 de agosto de 1980, no sentido de que seja transformado o POSTO AVANÇADO de Guaranizaçu em Agência.

Sala das Sessões, em 12 de maio de 1981.

(a) FIDELCINO TOLENTINO.

JUSTIFICATIVA:

Em 27 de agosto do ano passado apresentamos um requerimento nesta Assembléia, solicitando o envio de ofício ao Ilustríssimo Senhor Dr. OSVALDO ROBERTO COLIN, MD. Presidente do Banco do Brasil, solicitando que o POSTO AVANÇADO de Guaranizaçu - PR, fosse transformado em Agência.

Entretanto, até a presente data não recebemos qualquer tipo de comunicação daquela Presidência, no sentido de nos informar as possibilidades existentes para a referida transformação.

Por essa razão, renovamos o apelo feito anteriormente, e também um pronunciamento daquela Presidência, para que fiquemos cientes da situação.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, se oficie ao Excelentíssimo Senhor Procurador Geral da Justiça no sentido de providenciar junto à direção do Clube

privado "PAPEETE" sito à Avenida Vicente Machado, 288, nesta Capital, a observância da legislação vigente em nosso País que é inteiramente contrária a qualquer ato de discriminação racial, para que não se repitam episódios - como o de sábado último - quando a estudante universitária ROSÂNGELA APARECIDA DE SOUZA, de 19 anos de idade, foi convidada a retirar-se daquele clube, por ser pessoa indesejável, face à cor de sua pele.

Sala das Sessões, em 12 de maio de 1.981.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI.

JUSTIFICATIVA:

Contrariando todos os princípios democráticos vigentes e a própria legislação brasileira, os dirigentes e responsáveis pelo "CLUBE PRIVADO" — PAPEETE — admoestaram a jovem estudante universitária ROSÂNGELA APARECIDA DE SOUZA — que se encontrava naquele recinto sábado último com um grupo de amigos, com a finalidade de divertir-se foi convidada a se retirar - já que sua presença ali - não era permitida, pelo simples fato de ser pessoa de cor.

Do noticiário dos jornais, consta ainda que um dos amigos de ROSÂNGELA, o jovem MARCOS PRATA GARCIA, ao protestar contra a injustificada atitude dos responsáveis pelo clube, foi insolitamente agredido, indo o caso agora parar na justiça.

Esta foi a mais recente afronta à Lei AFONSO ARINOS. Os estudantes, colegas de ROSÂNGELA se reuniram, após o episódio e deram a público uma nota de protesto, onde afirmam que "este acontecimento prova existência de sociedades completamente doentes e medíocres".

Além do mais decidiram os estudantes levar o caso à Justiça, mesmo porque registrou-se a agressão do jovem MARCOS PRATA GARCIA - que ao intervir em favor de ROSÂNGELA, foi brutalmente agredido pelos homens da segurança daquela casa, que, a socos e pontapés o retiraram pela porta dos fundos da referida boate.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam enviados ofícios aos Excelentíssimos Senhores EULER MERLIN, digníssimo Diretor do DER e NIVALDO ALMEIDA NETO, digníssimo Secretário dos Transportes, solicitando pavimentação no trecho de 20 km de estrada intermunicipal ligando Três Barras do Paraná à Usina de Salto Osório.

Sala das Sessões, em 12 de maio de 1.981.

(a) FIDELCINO TOLENTINO.

JUSTIFICATIVA:

O curto trecho, para o qual ora se reivindica asfaltamento, constitui um percurso de acesso e integração entre oeste e sudoeste, além de trazer grande redução no percurso de ligação com a BR-277.

Com a implantação de melhoria e pavimentação nessa estrada, o transporte da safra produzida nessa vasta área de Catanduvas, o Município de Três Barras e parte do Município de Capitão Leônidas Marques será substancialmente beneficiado, fazendo grande economia de combustível e de desgastes, já que pelo menos 60 km serão reduzidos entre essa área e os centros consumidores e Porto de Paranaguá.

Há que se salientar que no Rio Guaraní, divisor dos municípios de Três Barras do Paraná e Quedas do Iguaçu, há uma ponte de alvenaria de grande porte, em concreto armado, que dá acesso ao tráfego pesado, inclusive caminhões de alta tonelage no transporte de madeiras.

Sugerimos estudos imediatos e conseqüentemente implantação dessa via, cujos benefícios serão imediatamente sentidos

por toda a região beneficiada, que é grande produtora de cereais e pecuária, além da madeira dali extraída.

Para ilustrar com clareza o posicionamento dessa estrada na geografia da regional, acompanha este requerimento uma cópia rudimentar do traçado viário daquele micro-sistema de transportes.

Esta reivindicação é antiga, mas agora mais intensificada com a criação do Município de Três Barras do Paraná, o qual ficaria com a opção mais curta e econômica para o Porto de Paranaguá ou centro moageiro de soja situado em Ponta Grossa.

Além disso, a passagem para o Sudoeste e vice-versa, encurtaria em muitos quilômetros o trecho entre as duas regiões do Paraná.

Observe-se que atualmente o transporte é feito, passando por Catanduvas, alcançando a BR 277 no km 461 (atual km 455), que corresponde a quase 70 km de diferença a mais do que o trecho ora solicitado.

PROJETO DE LEI N.º 40/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica revogada a Lei n.º 7.207, de 01 de outubro de 1.979.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de maio de 1.981.

(a) ANTÔNIO FACCI.

JUSTIFICATIVA:

A lei supra citada modificou as divisas entre os Municípios de Maringá e Mandaguçu, e o fez com amparo no disposto no Art. 119, da Carta Estadual.

Ocorre, porém, que o dispositivo prevê lei regulamentadora de seu conteúdo, a qual até esta data não foi editada.

Assim, para evitar futuros e prováveis pleitos judiciais em torno desse aspecto, a providência restauradora da situação anterior parece-nos a mais prudente, no sentido de resguardar os interesses dos dois municípios envolvidos.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, inscrito.

Ausente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Cyro Martins, inscrito.

O SR. CYRO MARTINS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Há fatos, há medidas, que o Partido do Governo toma que nós estamos há cerca de trinta e dois anos servindo o Governo e sendo Governo, nós não podemos compreender.

Temos aqui em mãos hoje, um artigo de um jornal de Ponta Grossa sobre o tema: "Vaias ao Prefeito" e diz este artigo o seguinte: (Lê).

"O registro de vaias ao Prefeito Luiz Carlos Zuk, no momento em que iria discursar, na abertura dos Jogos Universitários do Paraná, depois de já ter discursado o Governador Ney Braga, que foi muito aplaudido, parece ser sintoma de uma situação de desgaste da administração municipal, que se agravou com o episódio dos impostos municipais.

Indiferente ao fato, a própria administração tem insistido em ignorar o evidente desgaste, que vem sofrendo, podendo, quem sabe agora, passar a se preocupar mais com a sua imagem, porque, se fosse boa, como muita gente prefere acreditar, dentro das quatro paredes da Prefeitura, ao contrário das vaias, que não permitiram que o Prefeito fizesse o discurso que gostaria, o chefe do Executivo Municipal teria, no mínimo, recebido os mesmos aplausos que foram dispensados ao Governador Ney Braga.

O fato de sexta-feira, demonstra, com muita fidelidade, a visão errônea que o Prefeito municipal deve ter de sua própria administração, por se basear, apenas, nas informações que recebe de seus assessores, preferindo entender as críticas, que lhe são dirigidas, mais como um aprofundamento de divergências políticas, do que efetivamente como um alerta de que alguma coisa precisa ser melhorada no Governo do Município.

Há que se considerar, ainda, que o GOVERNADOR DO ESTADO E VÁRIOS DE SEUS SECRETÁRIOS TESTEMUNHARAM O FATO, o que deve representar razão suficiente para que o Prefeito Municipal faça, ele próprio, um balanço de sua administração, para localizar, se houver interesse, a causa, ou causas, de um fato político tão constrangedor.

Se erros existem, e existem, eles precisam ser corrigidos, se é que a administração municipal pretende chegar a 1982 com uma imagem na opinião pública que lhe possibilite alguma chance de vitória, com o candidato que apresentar à apreciação do eleitorado.

Rebater críticas, por rebater simplesmente, parece não ser mais o melhor caminho indicado.

Ninguém dá vaia de graça."

E quero fazer um alerta neste momento, em função do artigo que estamos trazendo para os Anais desta Assembléia, que Sua Excelência o Sr. Governador pense com mais vagar, pense com mais profundidade e medite sobre realmente, o que que o PDS está fazendo em Ponta Grossa?

É a pergunta que eu deixo vazia aqui no momento, mas que Sua Excelência o Sr. Governador deveria responder em função de querer quantidade e não qualidade no Partido do Governo.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao orador inscrito, nobre Deputado Gernote Kirinus.

Ausente, concedo a palavra ao nobre Deputado José Tavares.

Ausento, concedo a palavra ao nobre Deputado Fiori Luiz, inscrito.

O SR. FIORI LUIZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

ESTA É A TERRA NOSSA:

A DE TODOS,
IRMÃOS!

(Casaldáliga em Terra Nossa, Liberdade).

Corre entre os estudantes da universidade Federal do Paraná um manifesto. Ele condena as manifestações de racismo que, vai se demonstrando, não são privilégio do Sr. Pereira de Oliveira.

É um manifesto indignado com a expulsão violenta de uma estudante daquela universidade de um clube desta cidade, sob alegação única de que sua cor negra não era compatível com os princípios daquele clube.

A estudante é Rosângela Aparecida de Souza. O clube é o PAPPETE, cujo proprietário é um Delegado de Polícia e, portanto, um homem que certamente deve conhecer as leis, incluindo a Lei Afonso Arinos.

Mas este delegado deve acreditar que acima das leis, como comprova nossa recente experiência histórica, está a força policial-militar.

E desta força, deste cargo, faz seus direitos de aplicar seus preconceitos raciais.

Livres e iguais em dignidade e direitos nascem todos os homens.

Tão bem nascidos todos, quantos têm a ventura de encontrar livre e digna uma vida que humanize esse nome?

Vivemos uma época em que se exarcebam na sociedade pelos efeitos da crise nacional, as idéias mais retrógradas que se

transformaram em ação, seja pelo ato terrorista de direita, seja pela demonstração violenta do preconceito racial que parte também de funcionários do aparelho repressivo montado a partir de 1964 e que procurou se justificar ideologicamente, por tanto tempo, exatamente em cima das idéias mais reacionárias, dos preconceitos mais vis que nossa sociedade guarda e reafirma na vertente autoritária que conformou nossas classes dominantes.

A estudante Rosângela Aparecida de Souza é vítima deste quadro. Vítima do preceito de que a liberdade que existe hoje no País não existe como direito. É apenas uma concessão que está sujeita a ser desrespeitada conforme o capricho das autoridades policiais e militares, pelo capricho do Delegado de Polícia por certo de sua impunidade.

É onde está a consciência política dos partidos?

Onde está o instinto de conservação das classes sociais, atingidas por cada um destes ataques à liberdade, aos direitos básicos reconhecidos universalmente?

Nós, do PMDB acreditamos que devemos manter uma firme posição em relação a manifestações deste tipo.

Não podemos ficar omissos ou coniventes quando afloram com tanta violência, com tanta indignidade, ações deste tipo.

Muito menos quando afloram de pessoas com responsabilidade no aparelho policial-militar que deveria coibir exatamente manifestações deste tipo.

Quero registrar o protesto de meu partido e convocar os nobres Deputados desta Casa de Leis a exigirem o cumprimento da lei.

Creio que esta Assembléia Legislativa deva exigir o fechamento deste clube, pois a sua existência, depois da expulsão violenta da estudante negra pela única razão de ser negra, vai pairar sobre todos nós como um acinte, como escárnio, aos direitos básicos de todos os cidadãos.

Funcionando, este clube está erigido em monumento à discriminação racial, ao não respeito às leis, à não observância de princípios que esta Casa, para garantir sua legitimidade, deve fazer preservar.

Creio que esta Assembléia Legislativa, ouvida a Comissão de Segurança, deva encaminhar ao Secretário da Segurança Pública, sua posição em relação ao comportamento de seu subordinado, fazendo ver que um delegado de polícia é conivente com o desrespeito à lei e a desrespeita utilizando a força, usando e exorbitando de sua autoridade formal.

É o mínimo que podemos fazer neste caso. A omissão, já foi dito, não é o remédio melhor para doenças tão graves como o preconceito racial. A discriminação social. Esta a nossa posição que se converte em solidariedade à estudante Rosângela Aparecida de Souza e a todos os paranaenses que são vítimas da crueldade que brota da discriminação social.

O inquérito ficará a cargo do Terceiro Distrito Policial, porém é preciso aqui levantar uma questão: a boate é de propriedade do Delegado de Polícia Durval Simões. E o Delegado do Terceiro Distrito é compadre do Sr. Durval Simões. Então, não é muito difícil deduzir o que vai acontecer no caso do preconceito racial da boate PAPPETE, da Rua Vicente Machado.

Mas o PMDB vai cobrar, vai ficar atento para que o processo não vá para o arquivo implacável do esquecimento. Que o responsável pelo estabelecimento seja punido.

Que a classe social constituída de burgueses, pratiquem o etilismo, não temos nada a opor, mas condenamos aqueles que se sentem deslocados quando uma pessoa negra frequenta o seu ambiente.

A sociedade burguesa discrimina, marginaliza, faz valer o seu poder econômico. E a discriminação, o preconceito, basicamente, fundamentalmente, é econômico, não fosse assim não estaria o exemplo de Edson Arantes do Nascimento, "Pelé",

hoje figura obrigatória em todos os acontecimentos sociais do mundo.

Era isso, Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Fidelcino Tolentino, inscrito.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Encaminho à Mesa, dois requerimentos, cuja súmula de um deles é envio de ofício ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Transportes, solicitando pavimentação do trecho de 20 quilômetros na Estrada inter-municipal que liga 3 Barras do Paraná à Usina de Salto Osório.

O segundo, reiterando apelo ao Banco do Brasil, para transformar de Posto Avançado de Guaraniaçu, em Agência do mesmo Banco.

Sr. Presidente.

Volto do Extremo-Oeste do Estado do Paraná. Foz do Iguaçu, barril de pólvora entre agricultores e os poderosos detentores da BINACIONAL, da ultra-nacional Usina de ITAIPU.

No convívio dos últimos 3 dias de acampamento, o que se sentiu, Sr. Presidente, foi uma indisfarçada frustração dos agricultores mais credenciados da região Oeste do Paraná, frustração pela timidez com que o Governo vem tratando dos seus problemas, especialmente o Governo Federal, através do Ministério de Minas e Energia, do Ministério da Agricultura, e, principalmente, da ELETROBRÁS, e da ITAIPU BINACIONAL.

Não se escondia, Sr. Presidente, nas inúmeras barracas ali implantadas, por ocasião do protesto contra os preços que a ITAIPU pretendia pagar.

E, no final deste encontro, Sr. Presidente, flutuava um ambiente de tensão, e, ao mesmo tempo, de alegria, de tensão, pela frustração com que muitos agricultores sentia o bater em retirada, não deserção, mas retiravam-se para deixar clara a posição dos agricultores de que, acima de todas as pretensões de natureza econômico-financeira, prevalecia o alto princípio da sabedoria popular, o princípio de que vencendo muito pouco, mas, com paz, seria de um resultado muito mais positivo do que triunfar muito mais avançadamente, mas com violência.

A violência ficou expressa na atitude dos detentores do Poder; a violência ficou caracterizada pela repulsa com que a BINACIONAL ITAIPU tratou os preços estabelecidos por um organismo técnico do Governo do Estado, o ITC, contra o qual se insurgiu, mais uma vez, a chefia da BINACIONAL.

E, ante esta frustração, a alegria de voltar à casa, na esperança de que a BINACIONAL poderá pagar o preço prometido, mas não escrito.

E nessa situação confusa, já no declinar da tarde do último sábado, mulheres e crianças, buscavam agilizar o desmantelamento do acampamento improvisado há 44 dias.

E no curso desse tempo, a chefia do Comando dos Agricultores, da Comissão Orientadora daquele Movimento Justiça e Terra, demonstrou uma sabedoria muito superior aos grandes estadistas que estão desnordeando este País há longos anos.

Demonstrou a sabedoria do chefe de família, do homem equilibrado, daquele líder que sabe até onde pode ir o movimento, até onde pode esgotar os meios pacíficos das reivindicações. E deixou demonstrada a firmeza e a certeza de que os movimentos populares, no Brasil, são a única forma de fazer com que o Governo se retraia da sua posição autoritária, da sua posição despótica. E só através dessas reivindicações populares é que a sociedade pode reconquistar os espaços que foram perdidos no espaço desses 17 anos.

Sr. Presidente, oportunamente, virei a esta tribuna para

ler o documento final do acampamento do Movimento Justiça e terra que perdurou por quase dois meses. E graças ao sistema de decisão democrática, entendeu-se a necessidade de voltar para casa, mas, em votação de uma assembléia feita por maioria, porquanto houvesse muita divergência dos que queriam buscar o pagamento do preço ainda no acampamento.

Mas, resolveu-se aceitar a decisão da maioria, coisa que, nos últimos dezessete anos, pelo menos do lado do Governo, será uma coisa inédita.

E essa é uma demonstração que o País, o povo brasileiro, realmente deseja, com soberania, ingressar no verdadeiro regime democrático.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra, no Grande Expediente, ao Sr. Deputado Nelson Buffara, inscrito.

Ausente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Waldyr Pugliesi, inscrito.

O SR. WALDYR PUGLIESI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não é esta a primeira vez. O pronunciamento do Sr. Carlos Alberto Pereira de Oliveira, líder empresarial, que afirmou que a miséria é resultado não das relações sociais, mas da incapacidade racial de negros e índios, lembrou aos presentes os dias pré-nazistas de Berlim, em 1932, pouco antes de Hitler assumir o poder quando os semelhantes do Sr. Pereira de Oliveira faziam afirmações do gênero em relação aos judeus.

Seria viável a analogia?

Creio que sim.

Quando a crise econômica se aprofunda e as contradições sociais se aguçam, os principais responsáveis pela crise e suas consequências em todos os aspectos da vida, tendem a encontrar explicações que os exima ao mesmo tempo que confirmem sua possibilidade de continuar no poder.

E continuar no poder só é possível pela força, pelo arbítrio, pela violência.

Para justificá-las, só uma irracional como a do Sr. Pereira de Oliveira, que repete, com ignorância própria e notável, ajustada às características do País, o discurso de Mussolini, as idéias de Franco, as teses de Salazar.

Quando a crise social se aprofunda e vai parecendo inevitável a perda de privilégios, surge um Sr. Pereira de Oliveira, um grupo pau-brasil na Universidade como reação à derrota eleitoral dos professores mais atrasados, afloram as manifestações mais reacionárias das classes no poder que precisam alimentar-se ideologicamente nas fontes do fascismo para justificar seu projeto de permanecer no poder.

Mas deixemos as analogias estrangeiras e procuremos os antecedentes no passado nacional.

Certas tendências militares no Brasil de hoje lembram o florianismo.

Alguns líderes - atuais são ex-integralistas.

Mas antes de tudo volta a memória o Estado Novo de 1937: a tese anticomunista, então representada pelo plano COHEN estão hoje na voz dos Erasmos Dias, a explicação do atraso e da miséria pelas características étnicas tão divulgadas na época ressurgem no pronunciamento dos Srs. Pereira de Oliveira.

Os peritos em estilística desta Casa afirmam que todas as comparações claudicam.

Vamos, para evitar as imprecisões, examinar mais de perto as circunstâncias. Quanto aos motivos emocionais, registramos o anticomunismo profissional, que até hoje nada perdeu de sua virulência.

Mas para encontrar um pendant brasileiro do anti-semitismo nazista, não convém citar as esporádicas veleidades anti-

-semitas do passado, é mais significativo o desprezo dos líderes como o Sr. Pereira de Oliveira pelas massas brasileiras, manifestações de uma forma especificamente brasileira de racismo.

E qual foi, em 1933, o motivo imediato que levou os círculos conservadores a apoiar o terrorismo fascista e a abrir a Hitler o caminho para o poder?

Foi a grande crise econômica, desde 1929, que ameaçava imediatamente o latifúndios dos junkers prussianos e os obrigou a tomar a decisão exigida, pois as soluções mais desesperadas são aceitas quando se teme uma eminente reforma agrária, a democratização do poder.

A peroração irracional do Sr. Pereira de Oliveira, o terrorismo de direita, as manifestações militares pedindo o fechamento, as declarações do Governador Malluf confirmando saudades do período Médici. São fatos coerentes, vinculados, expressão da mesma política que conspira contra o avanço democrático, porque, as classes que estão no poder e dele não pretendem abrir mão, não acreditam em qualquer solução que não seja aquela que a história sempre lhes apontou: o fascismo.

Quem é o responsável pela miséria? o negro, o índio, os mamelucos, os mulatos, como quer o Sr. Pereira de Oliveira, ou as classes dominantes, das quais o Sr. Pereira de Oliveira procura ser o porta-voz mais racionário?

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Coloca-se o mundo perante alternativas supostamente inelutáveis, entre elas a tese de que é necessário escolher ou decidir-se entre liberdade anárquica ou ordem autoritária.

Desse modo, o Estado totalitário erigiu-se em redentor da humanidade contra o perigo comunista. As experiências ensinaram que a vitória sobre a anarquia não significa autoritarismo.

A alternativa entre ordem autoritária e liberdade anárquica não leva à conquista da ordem, mas à perda da liberdade.

O que aconteceu no País nestes últimos 17 anos, Srs?

Interrompeu-se um processo que indicava a participação mais ampla das massas no processo decisório em 1964. E o poder foi empalmado pelos militares que, imediatamente, colocaram em curso o projeto de fazer deste País uma economia capitalista dependente, sob firme controle dos interesses estrangeiros.

Colocou-se em prática o chamado modelo econômico que é, na verdade, a expressão do pacto econômico firmado entre o capital internacional e os capitalistas brasileiros, o latifúndio, contra os interesses dos trabalhadores.

O golpe de 64 cumpre o papel de preparar as condições políticas e institucionais necessárias à aplicação, até as últimas consequências, dessa política econômica. Por seu caráter anti-popular e anti-nacional, só poderia ser praticada sob um regime policial-militar que impedisse a classe operária e as massas assalariadas, expressarem suas reivindicações.

O regime militar começou proibindo o direito de greve, em junho de 1964, com a Lei 4.330. Interveio em centenas de sindicatos, destituindo suas diretorias eleitas; e, no ano seguinte, passou a implementar uma política salarial e social que retirou importantes conquistas dos assalariados. Primeiro, foi o Decreto-Lei 4725, que Castelo Branco definiu como uma política de aperto de cinto provisória e que estabelecia uma sistemática para os reajustes salariais que, na teoria, até que não parecia ser ruim, pois previa até mesmo um resíduo inflacionário como previsão para os seis meses posteriores do reajuste.

Na prática, essa política produziu uma redução drástica nos salários reais dos trabalhadores, chegando a retirar, em um único ano, cerca de 15 por cento do poder de compra dos salários. Algo que sempre acompanhou a política salarial foi a manipulação de índices de estatística do custo de vida e

inflação.

Durante mais de dez anos o Ministério do Trabalho manteve em segredo a fórmula que usava para chegar aos índices oficiais. Essa prática chegou às raízes do absurdo, quando, em 1973, o Ministro Felfim Neto deu ordem para subestimar o custo de vida que, naquele ano, atingiu 26,7 por cento, anunciando um índice de apenas 14 por cento. Descoberta a falcatrua, os trabalhadores de todas as categorias que tinham sido prejudicadas pela consequente subestimação de seus reajustes salariais, não receberam, até hoje, qualquer reparação por essas perdas.

Outro aspecto fundamental da política econômica, foi a extinção do direito à estabilidade aos 10 anos, quando da adoção do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. A opção mostrou-se uma farsa.

Nenhum trabalhador pode se recusar a optar pelo Fundo. Esse instrumento veio facilitar a política de rotatividade da mão-de-obra, propiciando uma oportunidade adicional ao empresariado para a diminuição dos custos de mão-de-obra.

O FGTS, acrescendo-se ao já existente direito patronal de dispensa sem justa causa, possibilitou que o empresário, mesmo diante de um reajuste salarial oficial, tenha um acréscimo na folha de pagamentos inferior.

É isto que o Sr. Pereira de Oliveira quer preservar. É por isto que afirma que a miséria é resultado, não dos privilégios de classe que desfruta, mas de cor, de raça, de etnia. E se julga, como descendente de fontes que considera nobres, no pleno direito de explorar, de espoliar a força de trabalho dos brasileiros.

Para justificar a vigência desta política, o Sr. Pereira de Oliveira sabe que terá que lançar mão dos argumentos de força, do arbítrio ou da irracionalidade que caracteriza seu último pronunciamento. Tão feroz em sua ignomínia, que se transformou em voz isolada.

A crise econômica, depois de 17 anos para fazer o bolo crescer, eis onde nos levou o regime a serviço do grande capital monopolista. Cem mil automóveis encalhados nas fábricas e revendedoras. Estoque de cimento de 1,5 milhão de toneladas. Produção de aço sem encomendas. Inflação de 120 por cento. Juros bancários a 170 por cento. Uma aguda crise toma corpo e os patrões tudo fazem para jogar as suas consequências sobre as massas trabalhadoras. Já desempregaram mais de três milhões, em todo o País, e manobram para reduzir os salários.

A Federação das Indústrias do Estado do Paraná - FIEP, pela voz do seu líder, Altevir Zaniollo, reconhece que o índice de desemprego no Estado deve estar por volta de 15 por cento.

Nunca tivemos esta taxa.

O Sr. Pereira de Oliveira, responde a este dado, eximindo-se de sua participação na produção do caos. Sabe que o número de desempregos cresce com a aplicação do próprio modelo econômico e se acentua com sua implantação no campo.

Ao privilegiar a agricultura de exportação e a pecuária, provoca enorme contingente de migrantes do campo para a cidade. Isto acaba se tornando um fator tradicional para o rebaixamento dos salários da produção empregada, pois os empregos são disputados por este exército de reserva.

O DIEESE demonstrou que os recursos que os trabalhadores encontram para evitar uma insustentável deteriorização de seu nível de vida, foi enviar ao trabalho os filhos e a mulher. A família operária tradicional, dos anos 50, quando o chefe de família, ainda que a duras penas, poderia sustentar a mulher e os filhos — estes não trabalhavam — desapareceu.

Hoje, cada um dos membros da família, tem que se assalariar para perfazer sua parcela do orçamento familiar.

Este é um País estruturado em rígida divisão de classes. Com uma gigantesca marginalidade e uma relação de participação entre as massas e as elites, extremamente desequilibrada.

O processo de concentração de renda, se acentuou a

partir de 1964, graças à política do regime.

Em 1964, os 50 por cento mais pobres da população, dispunham de 17,7 por cento da renda nacional. Hoje, eles dispõem de 10 por cento. Houve, portanto, um terrível empobrecimento relativo das massas. E foi acompanhado por um extraordinário enriquecimento das elites. Os cinco por cento mais ricos do País, em 1960, detinham 27,7 por cento da totalidade da renda. Neste momento, detêm cerca de 40 por cento.

Numa situação de tal desequilíbrio é evidente que todo o processo de conquista democrática vem acompanhado de uma forte pressão pela redistribuição das riquezas, dos frutos do trabalho. É isso que temem as classes que estão no poder. É isso que leva à ação terrorista de direita.

É isto que fez o Sr. Paulo Malluf, sentir saudades do Governo Médici, quando a contestação e a reivindicação eram eliminados fisicamente, maneira de evitar que os de baixo tornassem impossível aos de cima continuar governando segundo princípios tão absurdamente injustos.

A reação dos trabalhadores contra a política econômica do regime militar se fez sentir desde o início.

Já em 1965, os metalúrgicos tentaram uma greve geral. Em 1968, ocorreram as paralisações do setor metalúrgico de Belo Horizonte e Osasco e várias greves de bancários em algumas capitais, inclusive em Curitiba.

Mas, a repressão dos anos do chamado milagre econômico, desbaratou o movimento sindical que só consegue se reconstruir, lentamente, e com ônus incrível expressado no assassinato de tantos operários e lutadores pela causa operária. Atingiu o ponto elevado de lutas em que hoje se encontra a partir de 12 de maio de 1978, com a greve da Scânia.

Hoje, são visíveis os sinais de esgotamento deste modelo econômico. A crise é evidente. E as perspectivas de resolução dos problemas econômicos não estão à vista, sendo que qualquer planejamento, a longo prazo, foi abandonado. Os creoures, sem dúvida patronos desse modelo, principalmente o Fundo Monetário Internacional, o Banco Interamericano de Desenvolvimento e o Banco Mundial, continuam ditando a política econômica do regime militar que, aliás, nada teve, ou tem, de modelo brasileiro, em seus aspectos fundamentais.

A propalada criatividade dos tecnocratas ligados aos governos militares, não passou de um mito. Na verdade, tratava-se de um conjunto de recomendações e exigências formulados pelo FMI, e impostos a todos os países atrasados e independentes.

Esta a raiz da miséria.

Nesta política reside a origem da miséria de milhões de brasileiros trabalhadores que morrem cedo, porque explorados, porque expoliados até suas últimas forças. A miséria é a outra face dos privilégios tão absurdos e por isso tão ferrenhamente defendidos pelos empresários como o Sr. Pereira de Oliveira.

Os negros, os índios, os mamelucos, os mulatos, os cafuzos e os brancos, e todos os brasileiros que trabalham neste País, amargam os efeitos da crise que os empresários como o Sr. Pereira de Oliveira, gestaram neste País.

A questão em pauta é a do poder. Por isso, os operários não se limitam mais à luta pelo direito ao trabalho e por melhores salários. A própria crise mostra-lhes a podridão do modelo econômico e a necessidade de enterrar de vez com ele.

Neste primeiro de maio, os trabalhadores colocaram com destaque a reivindicação da Constituinte livre e soberana, ou seja, diante do fracasso do regime militar, eles entendem que é hora de tomar em suas mãos seu próprio destino. Somente assim será possível liquidar as leis antidemocráticas e adotar medidas urgentes para reduzir a miséria.

Aqueles que não podem mais ser capazes de entender o apelo e a necessidade de recriar dialeticamente a vida e sabem disso, são os que fabricam cenários para a ruidosa convocação

dos terroristas. É o desespero quem chega ao final. Essa a nossa esperança.

O Sr. Nilton Friedrich — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Ilustre Deputado Waldyr Pugliesi, a sua análise, colocando a nu a proposta, mais uma vez aqui criticada, do titular da Associação Comercial do Paraná, mas que, com a felicidade própria de sua pessoa, conseguiu ampliá-la, e jogar a interpretação sobre o conjunto de causas que infelicitam todos os brasileiros.

Por isso, o aplauso nosso por sua interpretação, por esta sua visão universal da problemática. Não há dúvida de que a classe dominante precisa se articular e argumentar, e trazer esse tipo de idéia para confundir a opinião pública.

Depois de 17 anos de pouco debate político, de quase inexistência de idéias, em que a universidade foi transformada, realmente, sob o conceito dos poderosos de plantão, como um antro subversivo, então se criou a anti-universidade, em que o sindicalismo foi considerado uma coisa produtora de comunicação, portanto, desenvolveu-se uma política anti-sindical, como a própria democracia acabou sendo sepultada, é claro que o perigo está exatamente em argumentações da espécie dessa trazida em Londrina, de confundir a opinião pública.

Porque, a esta idéia, soma-se a outra visão, também fascista, de que o povo brasileiro é vagabundo de um lado, de outro é muito cordial, é indolente. Ninguém procura saber as causas.

Um presidente de uma associação dessas, devia, na verdade, ter ao menos um dia por semana, a visão clara do que é um prato de comida ao trabalhador, o que contém no prato de comida do bôia-fria, para ele saber da sua resistência, da sua capacidade.

Conhecer efetivamente como é que vive o nosso povo, e não tentar querer jogar a culpa do subdesenvolvimento naqueles que são vítimas do subdesenvolvimento, porque uma minoria privilegiada tudo pode e tudo quer.

É óbvio e é isso que eu queria concluir no meu aparte, que essa manifestação de uma pessoa tão importante e que eu até também poderia tributar como não só equivocada, como produto talvez de uma assessoria totalmente vesga, mas o que me preocupa mais é ter que concluir que é possível que esta manifestação faça parte de todo um complô, de um conjunto de atitudes que estamos começando a ver novamente no Brasil, como Vossa Excelência bem coloca no seu pronunciamento.

É o Governador de São Paulo, Paulo Malluf, no seu falso otimismo, defendendo o retorno do período Médici, ou ao menos fazendo apologia àquele negro período da nossa história. São pessoas ligadas até à estrutura de segurança, tendo saudades da época de — em que eles dizem — movimentos de esquerda, dos movimentos violentos.

Em final de contas, Erasmo Dias, Paulo Malluf e tantos outros que estão atrás da cortina hoje, por certo estão entusiasmados com esta pretensa manifestação do Presidente da Associação Comercial, porque, na verdade, direta ou indiretamente, estão num verdadeiro complô, para sabotar o que está acontecendo aí, que é a predisposição da sociedade brasileira de fazer valer seu direito, de participar, não da democracia falsa, artificial, uma democracia que aconteça em todos os sentidos, democracia econômica, uma democracia social e portanto, também política.

Tomara, ilustre Deputado, que não possamos ficar só neste pronunciamento, e possamos sepultar, como a sociedade paranaense está fazendo com esta tese trazida em Londrina, sepultar de vez com essas colocações que procuram ludibriar a opinião pública para que a classe dominante continue sendo dominante, com todos os privilégios, porque a riqueza desta classe está realmente, calcada na miséria da maioria do povo.

Muito obrigado.

Parabenizo-o por esse seu belo pronunciamento que evidencia, com clareza, as verdadeiras causas do nosso desenvolvimento.

E, exatamente, o poder maior está no poder político da classe dominante que tudo pode, como diz e tudo quer e tem feito de maneira insuspeita.

Muito obrigado, mais uma vez.

O SR. WALDYR PUGLIESI — Agradeço o aparte de Vossa Excelência, que vem enriquecer o pronunciamento que venho fazendo.

Gostaria, nobre Líder, Nelson Friedrich, de dizer aqui, mais uma vez, o seguinte: nosso Partido, o PMDB, através de todos, praticamente, Parlamentares, seja no Senado, Câmara Federal e Estadual, está percorrendo este Paraná para fazer um levantamento real da situação em que estamos vivendo.

Queremos ter realmente o quadro exato da realidade objetiva que estamos tendo aqui no Paraná.

E neste último fim de semana, percorremos novamente em torno de dez municípios, com os quais tratamos deste problema que nos aflige.

E aqui é bom que se diga o seguinte: no dia em que estava caindo a Bastilha, o Luiz que estava no poder, escreveu em seu diário. "Aujourd'hui, rien". "Hoje, nada está acontecendo".

E vê-se que homens que abordam uma tese como esta, realmente estão vivendo em outro planeta.

Eu vi a desesperança nos olhos dos nossos trabalhadores, de Umuarama, Alto Piquiri, Acaraíma.

Passa-se em frente das pastagens e sabe-se que nenhum boi, nenhuma vaca, nenhum bezerro, fica sem vacina. Mas, a vacina para o filho do trabalhador, falta, porque tem muita gente lá que não tomou vacina, mas o bezerro, tomou.

Quer dizer que esse regime privilegia o animal.

Talvez seja até semelhança entre esses animais privilegiados e outros que se comportam ao abordarem teses, excrescências direitistas como esta aqui, até se assemelham. É um absurdo.

E se diz que o trabalhador é vagabundo.

Tem gente que está pedindo pelo amor de Deus — ainda não perderam a fé no Senhor — para encontrar trabalho. E a burguesada que está aí deitando e rolando, ainda diz que são vagabundos.

Já falei aqui que, outro dia, vi num paracheque de um caminhão: "Vá trabalhar, vagabundo". Vai ver que foi esse Pereira de Oliveira que escreveu esta frase direitista, nazista, anti-povo, viscosa.

A realidade é esta: o Luiz, Rei de França, não estava vendo nada e caiu. Aqui também não estão vendo nada, não estão ouvindo nada, têm pernas para caminhar prá longe do povo.

Vamos ver onde vamos parar.

O Sr. Gernote Kirinus — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Waldyr Pugliesi, quando ouvi Vossa Excelência criticar, com toda razão, o enunciado Oliveira, lembrei-me de um pedagogo brasileiro de renome, chamado Paulo Freire, que costumava classificar as consciências humanas, em mágica, ingênua e crítica.

A mágica, aquela que se coloca abaixo da realidade e interpreta tudo pelo sobrenatural, o que é muito comum encontrar em pessoas à margem da sociedade, que vê tudo negro.

A consciência ingênua é a pior, porque é traíçoeira, porque o sujeito se julga inteligente e se coloca acima da realidade e interpreta toda a realidade a partir de si mesmo.

Inclusive Jean Piaget, veio reforçar esse tipo de mentalidade, chamando de inteligência intuitiva que, segundo ele, está

por volta dos sete, oito anos.

Essa inteligência intuitiva ou consciência ingênua costuma repetir slogans, gosta muito de provérbios e se coloca acima da realidade. Diz: "O pobre é pobre porque é vagabundo".

Então, parece-me que esse Senhor Oliveira ou maliciosamente interpretou o pobre como vagabundo ou porque não têm consciência crítica, mas se colocá-la ao nível da realidade e interpretá-la como ela é, ou está preso a uma inteligência não operacional, intuitiva, subjetiva, repetitiva, mentalidade em si, centrada em sua própria situação.

Portanto, numa dessas classificações eu fico, com que o Sr. Oliveira tenha o mais baixo estágio de consciência ingênua e inteligência intuitiva, segundo classificações de pedagogos e psicólogos.

Muito obrigado.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Pela ordem, Sr. Presidente.

Pediria a Vossa Excelência que o Horário da Liderança do PMDB, também fosse concedido ao orador que se encontra na tribuna.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) A Mesa defere e usará de horário do PMDB, o Sr. Deputado que se encontra na tribuna.

O SR. WALDYR PUGLIESI — Agradeço o aparte que me foi dado pelo Deputado Kirinus, e acrescento-o ao pronunciamento que estou fazendo.

Gostaria de dizer, nobre Deputado, que acredito que não haja nada de ingenuidade não, na colocação que fazem esses sabidos exploradores do povo. É uma constante entre eles. Nós estamos, neste Paraná, diante de uma situação horrível. A gente vê propaganda deste Governo todos os dias na televisão.

A gente sai pelo interior, a gente entra pelas vilas, você vai nas fazendas, nos sítios, nos centros das cidades, e não vê nada que esse Governo esteja fazendo. Você praticamente vê todos os dias, um homem falando da agricultura, um que pisca muito, parece até que tem medo de enfrentar o povo, está sempre na defesa. São ridículos esses burocratas fabricados nessas ante-salas desses Governos incapazes. Ora, são vinte anos do mesmo grupo dominando esse Paraná, juntos. O povo não suporta mais. Até um homem que ama muito a mulher, muitas vezes, depois de vinte anos ele até se esquece do amor que dedica à companheira, que é uma coisa que liga demais.

Agora, esse Governo não existe, não existe.

A gente vê atividade, por exemplo, nesse imenso Paraná, você voando por aí, para conhecer melhor a realidade, você vê num lugarzinho ou outro que se deu um cheque de um milhão e meio de cruzeiros para um prefeito que, incapaz de ver o papel ridículo que ele está praticando, ainda fica cantando hinos de amor ao Governo que não existe.

Olha, a situação é gravíssima. Aqueles que não querem ver, que não vejam.

Muitas vezes a gente fala que a democracia está batendo às nossas portas, eu não sei, não.

Se o povo não se organizar, se o povo não se mobilizar para conter a mão criminosa desses que estão aí, num pronunciamento aqui, outro acolá instigando a extrema direita, eu não sei se é a democracia que vai bater à nossa porta ou se não vai ser mais um golpe militar.

Só o povo tem condições de se impor a esses que somente não golpeiam, porque perderam toda a parte de sustentação que tinham dentro da sociedade civil. Se não, estaríamos nós vivendo aí naquele regime que seu Malluf tem saudades, o Seu Malluf está aí e inclusive se tivermos provas nas mãos, iremos denunciar deste microfone. Ele está aliciando, estaria aliciando inclusive Deputados deste Estado para jogá-los na aventura da prorrogação de mandatos de parlamentares e de governadores

de Estado.

São esses "Pereira de Oliveira" que estão sendo atirados no Poder de decisão pelo povo, pelo esclarecimento, pela consciência do povo que está nascendo, que estão se organizando.

Tem Deputado falando em prorrogação do próprio mandato perderam a noção da vergonha, não tem vergonha na cara.

É um absurdo, mas está em gestação também esse novo monstro gerado nesses inimigos do povo.

O Sr. Gilberto Carvalho — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Quero, Deputado Waldyr Pugliesi, estou acompanhando o pronunciamento de Vossa Excelência, não tenho nada que ver com Pereira de Oliveira, e também não aprovo, foi muito infeliz no seu pronunciamento, na sua pregação em Londrina, e de maneira alguma poderemos apoiar o que ele disse lá na cidade de Londrina.

Mas, meu caro Deputado, estamos na realidade, passando por dificuldades neste País e pelo mundo todo, mas não posso concordar com Vossa Excelência, quando diz que corre este Paraná e não vê nada.

Vossa Excelência disse ainda que, voando por aí, nada encontra. Voando não acha nada mesmo, mas não temos um município que não tenha obra em andamento, realizada pelo Governo e em construção, e também municípios dirigidos pelo PMDB, que as verbas são distribuídas tanto para um como para outro município, proporcional à sua população, à necessidade e de acordo com o plano de aplicação apresentado pelo seu prefeito.

Então, não podemos cometer a injustiça de querer dizer que o Governo nada está fazendo, está realizando obras. Claro que não realizando tudo aquilo que pretendíamos, mas dentro das possibilidades, está executando obras em todo o Paraná, procurando oferecer mais mercado de trabalho e sem burocracia, de acordo com o plano de aplicação apresentado pelo prefeito, seja ele do PTB, do PMDB, do PP ou do PDS, todos eles estão recebendo os recursos para atendimento do seu município.

Poderá Vossa Excelência dizer que é uma obrigação do Governo e é, e o Governo não nega isso. Mas não podemos negar que nada está sendo feito, porque está.

Era esse o aparte.

O SR. WALDYR PUGLIESI — Vossa Excelência é Vice-Líder do Governo e seria estranhável se Vossa Excelência viesse aqui dizer que o seu Governo realmente não está fazendo nada.

O Sr. Gilberto Carvalho — Nobre Deputado, só gostaria de justificar que não sou Vice-Líder do Governo, estou hoje acompanhando os trabalhos da sessão, atendendo a pedido do nosso Líder que não pode estar presente e não poderia aceitar calado, quando a gente está acompanhando e conhece aquilo que o Governo está realizando no Paraná.

O SR. WALDYR PUGLIESI — Pelo menos Vossa Excelência é um Vice-Líder "had hoc", então hoje. E está no seu papel, está defendendo um Governo que chegou aqui em 1960, e até hoje o que vemos realmente neste Paraná é insatisfatório às necessidades do Estado. Temos a nossa visão que é calçada na realidade. Vir um Prefeito, um Vereador do interior aqui receber do Sr. Saul Raiz um cheque, por exemplo, e voltar ao interior, chegar lá e dar a notícia na rádio, por no jornal local que o Governo está ajudando, uma coisa ou outra...

O Governo está ajudando coisa nenhuma.

Este Governo aqui, se ele tivesse tomado posição desde o começo, não indo a reboque sempre daqueles que estão lá em cima ... porque este Governador aqui, o de Santa Catarina

o do Rio Grande do Sul, são todos iguais, são subservientes ao Poder Central, eles deviam defender a Federação. Dizer que aquilo que estão repassando de volta ao Estado e aos municípios é insuficiente.

Ora, de cada município que se recebe cem cruzeiros, se volta depois, sete cruzeiros. É uma quantia insignificante.

Depois vai lá fora se submeter aos interesses destes organismos internacionais, fazer a aplicação muitas vezes indevida até, do dinheiro público, porque tem prioridades e o povo quer trabalhar.

As obras que estão se fazendo, é o seguinte: chegam lá numa cidade qualquer, se abre um quarteirão, metem meia dúzia de tubos, se asfalta, e o Governo ajudou grandemente aquele município. O desemprego é o mesmo. Somente se consumiu dinheiro que era do povo.

O Sr. Gernote Kirinus — Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. WALDYR PUGLIESI — O Deputado Scarpelini já me solicitou um aparte.

O Sr. José Domingos Scarpelini — Nobre Deputado Waldyr Pugliesi, Vossa Excelência levanta um assunto que é de interesse desta Casa e do povo do Paraná.

Analisando o campo político, o papel político do atual Governador do Estado do Paraná.

Analisando o campo político, o papel político do atual Governador do Estado do Paraná e de outros que antecederam no campo político o momento grave que a Nação atravessa após o acidente de trabalho da véspera de primeiro de maio no Rio de Janeiro, com as explosões das bombas, que levam a crer a todos, pelo menos a grande parte da Nação brasileira, de que teria partido a ação das próprias vítimas.

Até hoje Sua Excelência o Sr. Governador do Estado não emitiu uma nota sequer a respeito dos atentados que atentam contra a democracia que não temos, que pretendíamos e que pretendemos ter no futuro.

O Sr. Paulo Malluf, um homem de direita, que tem as suas brigas organizadas para bater no povo em São Paulo, já se pronunciou. O Governador Magalhães, da Bahia, também já falou. Mas Sua Excelência o Governador Ney Braga, neste momento difícil, está como esteve em 64, em cima do muro, esperando o final da contenda para cumprimentar o vencedor.

No campo administrativo, nobre Deputado, até hoje este Governo não disse porque é Governo.

A nossa região, uma das prósperas do Estado, não tem recebido a atenção que o Governo deveria dar. Apucarana, por exemplo, até agora não recebeu obra nenhuma do atual Governador do Estado.

O dinheiro que foi para Apucarana, uma quantia irrisória de dez milhões de cruzeiros, ainda pelos adeptos do Sr. Governador, foi mal aplicada, colocada em overnight, fazendo festival com dinheiro público, tirando do povo na calada da noite uma soma de dez milhões de cruzeiros, que foi a única coisa que o Governo realmente levou para o Município de Apucarana.

Não vejo então o que por que de se defender um Governo, que até agora não disse por que é Governo. Estamos aí acompanhando o desenrolar da administração Ney Braga.

Outro dia ouvi do Sr. Governador do Estado, de que era necessário prestigiar as empresas do Paraná, para fortalecer a economia paranaense.

Disse isso a todo Estado.

E, por incrível que pareça, abri o jornal "Última Hora" de outro dia, e vi um edital, nobre Deputado, publicado naquele jornal, em que o Secretário de Estado, Sua Excelência o Sr. Nivaldo de Almeida convocava, para construção de aproximadamente 200 quilômetros de rodovias, empresas multinacionais sediadas em países onde o BIRD tem convênios e relações

comerciais, enquanto o empresariado paranaense do setor está passando uma crise muito séria.

Portanto, é uma contradição muito grande.

Vimos a polícia batendo em estudantes, jogando estudantes para fora, na calada da noite, em Londrina, também num total desrespeito às instituições democráticas e toda à sociedade civil.

Portanto, nobre Deputado . . .

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) A Mesa lembra ao nobre orador que lhe resta um minuto para a conclusão da sua oração.

O Sr. José Domingos Scarpelini — Agradeço o aparte que Vossa Excelência me concedeu, e quero que fique registrado aqui também nosso protesto contra as posições políticas e administrativas do atual Governo do Estado do Paraná.

O Sr. Fiori Luiz — Um aparte, nobre Deputado? (Assentimento)
Com relação às obras de Londrina, um simples detalhe, nobre Deputado:

O Governador Ney Braga, na primeira vez que foi Governador mandou construir a cadeia. E agora mandou construir a penitenciária.

Isso, sem falar no Governador Jayme Canet que apenas descia no Aeroporto para tomar café e nunca realmente levava nada.

Então, Londrina está lá, sobrevivendo pela força do seu povo, mas em termos de obras, efetivamente esses últimos governos não têm levado nada, principalmente para Londrina.

O SR. WALDYR PUGLIESI — Obrigado pelo aparte.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) A Mesa consulta a Liderança do PTB se deseja fazer uso do seu horário.

Tendo declinado, consulta a Liderança do PP.

Tendo declinado, consulta a Liderança do PDS. (Declina).
Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, expediente firmado pelo Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do expediente, indicando o Sr. Deputado João Elísio para integrar a Comissão Parlamentar de Inquérito do Consumidor. - Ao Departamento Legislativo, para anotar.

Expediente firmado pelo Sr. Deputado Dácio Leonel, indicando o Sr. Deputado Edilson Alencar para integrar a Comissão Parlamentar de Inquérito que trata do "achateamento salarial". - Ao Departamento Legislativo, para anotar.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 131/80, de autoria do Deputado ROSÁRIO PITELLI, que doa ao Município de Primeiro de Maio, o terreno que especifica. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

O SR. LINEU TURRA — (Pela ordem) Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

(é procedida a verificação de votação).

22 Srs. Deputados aprovam; nenhum Sr. Deputado rejeita.

Não há "quorum" para votação, apenas para prosseguimento da sessão.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 02/81, de autoria do Deputado FUAD NACLI, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE RECUPERAÇÃO DO ALCOÓLATRA DE BANDEIRANTES", com sede e foro em Bandeirantes. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — Encerrada a discussão.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 03/81, de autoria do Deputado QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE RECUPERAÇÃO DE ALCOÓLATRAS DE PÉROLA — ARA", com sede e foro na Cidade de Pérola. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — Encerrada a discussão.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 15/81, de autoria do Deputado ERONDY SILVÉRIO, que declara de utilidade pública a "OBRA FILANTRÓPICA DAS IRMÃS FILHAS DA CRUZ", com sede e foro em Curitiba. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. — Encerrada a discussão.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 01/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da CCJ, à ex-Proposição nº 02/81 (Mens. Govern. nº 02/81), que aprova os Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná e os Municípios que especifica, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana. - Encerrada a discussão.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 02/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da CCJ, à ex-Proposição nº 09/91, (Mens. Govern. nº 07/81), que aprova o Termo Aditivo ao Ajuste de Cooperação Financeira celebrada entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública e o Município de IPORÃ, objetivando a construção de prédio destinado à Delegacia e Cadeia Pública da sede do referido município. - Encerrada a discussão.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 03/81, oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da CCJ à ex-Proposição nº 10/81 (Mens. Govern. nº 08/81), que aprova os Convênios nos 16/80 e 30/80, celebrados entre o Estado do Paraná e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, com intervenção da Superintendência do Controle da Erosão do Paraná — SUCEPAR, objetivando a execução de obras de Controle da Erosão do Solo no Noroeste do Paraná - PRONOROESTE — Encerrada a discussão.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 04/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da CCJ à ex-Proposição nº 12/81 (Mens. Govern. nº 13/81), que aprova o convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento e o Município de CURITIBA, objetivando a execução de obras de desenvolvimento de infra-estrutura urbana. — Encerrada a discussão.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 05/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da CCJ à ex-Proposição nº 13/81, (Mens. Govern. nº 14/81), que aprova os Convênios celebrados pelo Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Indústria e Comércio com os municípios aqui nominados, visando aplicação de recursos financeiros em obras de infra-estrutura na área industrial. - Encerrada a discussão.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 06/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da CCJ à ex-Proposição

n.º 14/81, (Mens. Govern. n.º 15/81), que aprova os Termos de Ajuste ao Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através de órgãos que especifica, objetivando a elaboração do Projeto "Estudos para uma política de desenvolvimento Industrial do Paraná" e do Projeto "Pesquisa Conjuntural do Comércio". — **Encerrada a discussão.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 07/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da CCJ à ex-Proposição n.º 15/81, (Mens. Govern. n.º 16/81), que aprova o convênio de Cooperação n.º 01/81, celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e o Estado de São Paulo, e do Departamento Hidroviário da Secretaria dos Transportes, objetivando ligar as localidades de Iguape, Guaraqueçaba e Paranaguá, via transporte hidroviário. — **Encerrada a discussão.**

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Túlio Zanchet, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do jovem Luiz Fernando Sandini, ocorrido na cidade de Marmeleiro. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Dr. Paul Garfunkel, ocorrido nesta Capital. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Palácios, com o apoio do Sr. Deputado Gabriel Manoel, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Salvador Leonel, ocorrido na cidade de Ribeirão Claro. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adalberto Daros, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Genaro Machado, ocorrido nesta Capital. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Francisco Ambrósio, ocorrido na localidade de Barro Preto, Estrada Dourada, Município de Jandaia do Sul. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicita seja oficiado à COPEL encarecendo imediata instalação de iluminação pública nos Bairros Vila Paraguaia, Jardim Santa Maria, Vila CR 1 e Vila Pérola no Município de Foz do Iguaçu-Pr. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Sr. Secretário do Interior e ao Presidente da TELEPAR, encarecendo a instalação de um rádio monocal no Distrito de São Luiz, Município de Marialva. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de telex ao Sr. Presidente da República, dando apoio ao processo de abertura democrática e o combate ao terrorismo. — **Em discussão.**

O SR. NELTON FRIEDRICH — Para discutir.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Na forma regimental, adia-se para a próxima sessão, de acordo com o Art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de um apelo ao Sr. Secretário dos Recursos Humanos, no sentido de ser estudada a possibilidade de assegurar o acesso automático dos ocupantes de cargos de Agente Fiscal, à série de classes imediatamente superior, mediante comprovação de

grau de escolaridade de primeiro e segundo grau, conforme o caso, segundo o espírito da Lei 7051, de 06 de dezembro de 1978. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Ministro do Planejamento, Ministro da Agricultura e Presidentes do Banco Central e do Banco do Brasil, no sentido de que sejam tomadas providências quanto ao estudo de uma considerável redução na "atual taxa de juros aplicada sobre empréstimos para investimentos agrícolas ou agropecuários. — **Em discussão.**

O SR. NELTON FRIEDRICH — Peço a palavra, para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente aos Srs. Presidente do Conselho Monetário Nacional, Presidente do Banco do Brasil e Presidente do Banco Central, encarecendo seja proporcionado "um substancial aumento no limite de empréstimos à pequena e média empresa, mas com juros de crédito subsidiado" conforme solicitação feita pela ACIT de Toledo, por proposição apresentada na IX Reunião Plenária da CAVIOPAR, realizada em Medianeira, em 11/04/81. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ruben Valduga, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Sr. Secretário de Educação, encarecendo a criação em regime de urgência de uma Escola de Segundo Grau para o Jardim Leonor na Cidade de Londrina. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Saúde e Bem Estar Social, encarecendo a viabilização de construção da Unidade Sanitária no Município de Corbélia, Paraná. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando envio de ofício à Presidência do Banco do Brasil, renovando o pedido feito em agosto de 1980, no sentido de que seja transformado o Posto Avançado de Guaraniaçu, em Agência. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Diretor do DER e Secretário dos Transportes, encarecendo a pavimentação no trecho de 20 quilômetros de estrada intermunicipal ligando Três Barras do Paraná à Usina de Salto Osório. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpelini, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Procurador Geral da Justiça, encarecendo providências junto ao Clube "PAPEETE" face à discriminação racial ali imperante, que não se coaduna com o temperamento da gente brasileira e contraria a legislação vigente em nosso País. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Elísio, Ferraz de Campos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Governador do Estado, Comandante da Polícia Militar e Secretário da Segurança Pública, objetivando coibir arbitrariedades que vêm sendo praticadas pela Polícia Militar em Paranaguá. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Prefeito Municipal de Curitiba,

dirigindo-lhe apelo no sentido de serem estudadas as possibilidades de modificação dos critérios de áreas seletivas para concessão de linhas de transportes coletivos urbanos, para que seja viabilizada a implantação de linhas que atendem regiões densamente habitadas conforme a solicitação da Associação dos Moradores e Amigos do Bairro de Vista Alegre. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edilson Alencar, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de telegrama aos Srs. Ministro da Agricultura e ao Secretário da Agricultura, contra a exigência de certificado de classificação de produtos agrícolas, dentro do País. — Encerrada a discussão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 13, quarta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 131/80.

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 02/81, 03/81 e 15/81, e dos Projetos de Resolução n.ºs 01 e 02/81.

Levanta-se a sessão.